



Instrumento de apoio para gestão das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

PICS na Atenção Básica

Prezados gestores e gestoras do SUS,

Este documento traz um panorama geral sobre o formato e as ações de gestão das PICS no país. A proposta é levar ao conhecimento de gestores e trabalhadores iniciativas que estão acontecendo no país e que podem servir de referência. Nele, serão abordados os seguintes assuntos:

1. Formas de organização e boas práticas de gestão da Política Nacional e das Políticas Estaduais de Práticas Integrativas e Complementares no SUS;
2. Como o Ministério da Saúde visualiza as ações e monitora os serviços que ofertam as práticas integrativas e complementares em saúde;
3. Sugestões de estratégias de gestão para expansão da oferta de práticas integrativas nos serviços.

A partir de levantamento realizado com os gestores estaduais de saúde, via telefone, nos meses de janeiro e fevereiro 2017, e a partir de busca de informações em sites institucionais, destaca-se:

A gestão das práticas integrativas e complementares nos organogramas das secretarias estaduais de saúde está distribuída nas áreas de atenção básica, da média e alta complexidade ou outras áreas como Promoção da Saúde; Coordenação de Equidade em Saúde. Em sua grande maioria (16 estados) a temática está sob gestão da atenção básica.

Há estados que constituíram Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares como o DF, RN, RS, ES, MG. Outros estão em processo de elaboração como o PI, GO e BA.

Em âmbito municipal: os municípios de Natal-RN, Recife-PE, Guarulhos-SP, Porto Alegre-RS, Rio Grande-RS, Florianópolis-SC, São Paulo-SP, São João Del Rei-MG, Santa Rita de Jacutinga-MG, Nova Lima-MG; São Paulo SP; Uberlândia MG; Viamão-SC; Brumadinho-MG; João Pessoa-PB; Nobres-MS; Nova Lima-MG; Paraty- RJ; Poconé-MS; Ribeirão Preto-SP; Rio Grande-RS. Todas essas políticas estão disponíveis na internet.

Ainda que não haja obrigatoriedade, a elaboração das políticas municipais são recursos potentes para promover o planejamento e a estruturação dos serviços de saúde dos municípios para ampliação e consolidação da oferta das PICS aos usuários do SUS. Para citar um exemplo, o município de Guarulhos - SP publicou sua política de PICS na qual desenha o perfil demográfico, os aspectos socioeconômicos e a estruturação dos serviços de saúde. Esses são elementos importantes para tomada de decisão sobre quais diretrizes, objetivos e instrumentos de avaliação serão usados para consolidação das PICS no município.

Nesse sentido, a Política Municipal de PICS descreve como objetivo geral implantar as PICS nos serviços de saúde do Município com foco na prevenção de agravos, promoção da saúde e recurso terapêutico, de forma multidisciplinar, estimulando a escuta qualificada e o acolhimento, e determinou como objetivos específicos, qualificar os profissionais da assistência, fomentar o trabalho intersetorial, estimular a participação social, dentre outros. Como diretrizes, a política municipal descreve diretrizes para cada tipo de prática escolhida para fazer parte dos serviços de saúde do município e como forma de avaliação, a política municipal determina a elaboração de modelos de instrumentos de avaliação e o incentivo a realização de pesquisas.

Sobre a divulgação das PICS ofertadas nos serviços de saúde dos municípios, destaca-se que alguns municípios e o Distrito Federal se organizaram para indicar à população onde os usuários do SUS podem acessar as UBS que ofertam práticas integrativas em saúde e publicaram em seus sites os locais, como alguns exemplos abaixo:

Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/praticas-integrativas>;

Distrito Federal: <http://www.saude.df.gov.br/programas/794-gerpis-gerencia-de-praticas-integrativas-em-saude.html>;

São Paulo:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/medicinas_tradicionais/index.php?p=20377.

Estratégias que podem ser usadas pelos estados para apoiar os municípios sobre a temática:

O processo de apoio realizado pelos estados tem suas diferenças que vão desde a oferta e cursos de formação em PICS, até apoio para implantação de estruturas. Abaixo, seguem as estratégias de apoio que podem ser realizadas pelos estados:

1. Apoio a um ou um pequeno grupo de municípios de cada regional para ser modelo para os serviços de PICS, bem como para outros serviços para que os municípios vizinhos possam conhecer e reproduzir as boas práticas, o que denominamos de cooperação horizontal;
2. Visitas aos municípios e discussão em conjunto o processo de trabalho das equipes de atenção básica e incluindo nessa discussão as PICS;
3. Organização de eventos relacionados às PICS;
4. Criação de grupo de trabalho para debater e elaborar a política estadual de práticas integrativas e complementares;
5. Acordos com instituições de ensino, organizações sociais ou até mesmo organismos internacionais para implantação de planos de ação ou cursos de formação;
6. Apoio aos municípios para implantar farmácia viva, dentre outras iniciativas.

Para além dos serviços de PICS ofertadas na atenção básica, alguns estados e municípios se organizaram para implantar e manter em funcionamento Centros de Referência específicos para práticas integrativas, como no caso de PE, DF, GO, ES, Cuiabá-MT, Recife-PE, Natal-RN. Para conhecê-los basta entrar em contato com as secretarias de saúde desses entes federados.

Como o Ministério da Saúde visualiza as ações e monitora os serviços que ofertam as práticas integrativas e complementares em saúde

No site do DAB, especificamente [neste informe](#), é possível visualizar as análises realizadas por cada estado, tendo como dados fonte o Sistema de Informação da Atenção Básica – SISAB, o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

Outra fonte de informação é o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ, que publiciza os dados das avaliações externas disponíveis [aqui](#).

Um processo importante como estratégias de implantação e expansão da oferta de PICS é a inclusão nos Planos de Saúde Estaduais e Municipais das ações que serão implantadas.

O Ministério da Saúde oferta cursos de formação, que são instrumentos importantes para disseminação dessas práticas. Confira alguns deles:

Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Práticas Corporais e Mentais da Medicina Tradicional Chinesa [\[clique aqui\]](#)

Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Medicina Tradicional Chinesa [\[clique aqui\]](#)

Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Agentes Comunitários de Saúde [\[clique aqui\]](#)

Gestão de Práticas Integrativas e Complementares [\[clique aqui\]](#)

Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Antroposofia Aplicada à Saúde [\[clique aqui\]](#)

As informações aqui levantadas têm o objetivo de proporcionar o compartilhamento das experiências em gestão para avaliação, adaptação e melhoria das ações de apoio, formulação e implementação das políticas públicas relacionadas à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

A equipe técnica responsável pela gestão da PNPIC está à disposição para apoiar a implementação da política nos estados e municípios. Entre em contato pelo e-mail: cqgab@saude.gov.br